



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2023

(n° 418/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 418

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

Brasília, 18 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Dominicana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 602/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/08/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4516965** e o código CRC **D741CC71** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007586/2023-28

SUPER nº 4516965

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ

CPF.: 308.580.891-49

ID.: 8085 MRE

1964 Filho de Carlos Luiz Coutinho Perez e Esther Stewart Dantas Coutinho Perez, nasce em 17 de fevereiro, em Londres, Inglaterra (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
1990 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2007 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “A cooperação nuclear Brasil-Argentina: origens, condicionantes e perspectivas”. Aprovado com louvor.

Cargos:

1991 Terceiro-secretário
1996 Segundo-secretário
2001 Primeiro-secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
2020 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-92 Secretaria-Geral de Controle, assistente
1992-93 Divisão de Organismos Econômicos para o Desenvolvimento, assistente
1993-95 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
1995-98 Embaixada em Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
1998-01 Embaixada em Santiago, segundo-secretário
2001-03 Secretaria-Geral, assistente
2003-04 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2004-07 Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro
2007-09 Missão junto às Nações Unidas, conselheiro
2010-13 Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe
2013-16 Subsecretaria-Geral Política I, chefe de Gabinete
2016-20 Departamento de Europa, Diretor
2020-22 Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe, diretor
2022-23 Departamento de Caribe, América Central e do Norte, diretor
2023- Departamento de México, América Central e Caribe, diretor

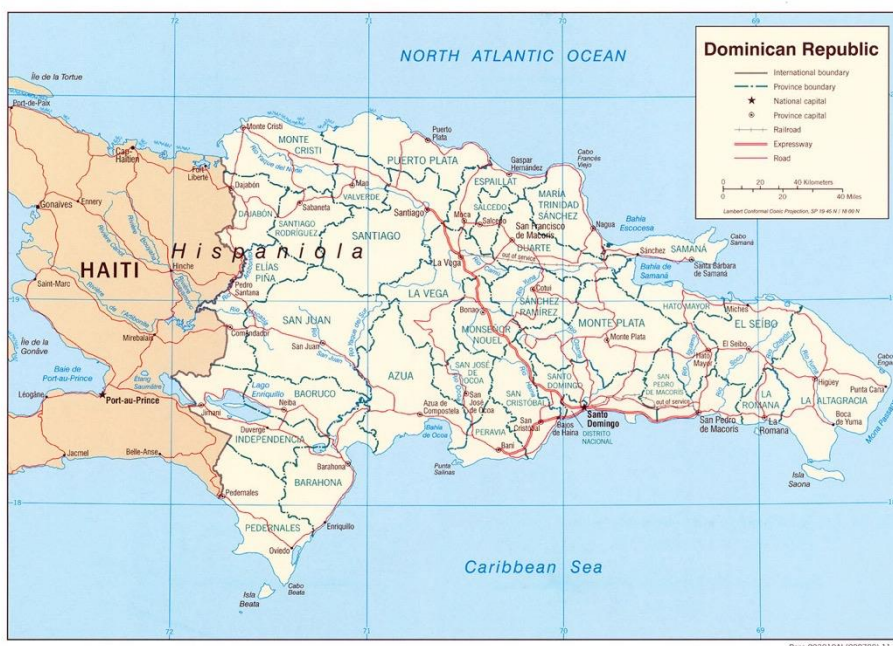
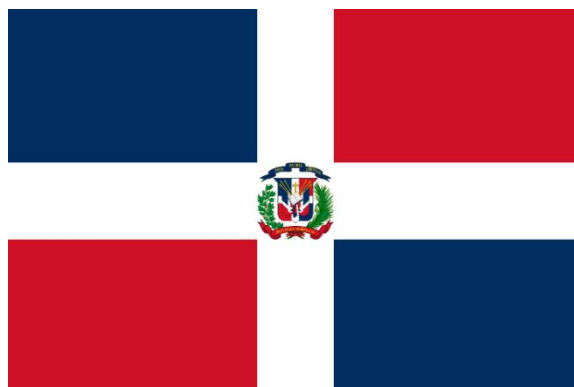
Condecorações:

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DOMINICANA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2023

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
LUIS ABINADER	4
ROBERTO ALVAREZ	4
POLÍTICA INTERNA	5
Partidos políticos	5
Câmara dos Deputados	6
Senado	7
Composição do Senado	8
Eleições de 2020.....	8
Governo Luis Abinader	9
Eleições 2024	11
POLÍTICA EXTERNA	12
Haiti	12
Estados Unidos	14
Espanha	14
China	14
CARICOM	15
Acordos Preferenciais de Comércio	15
ECONOMIA	16
Perspectivas econômicas e desafios	17
Comércio Exterior	18
Turismo	18
Indicadores sociais	20
Imigração.....	21
Energia	21
RELAÇÕES BILATERAIS	24
Empresas brasileiras	25
Comércio e investimento.....	25
MERCOSUL – República Dominicana	26
Cooperação técnica	26
Memorando sobre Turismo	27
Comunidade brasileira.....	27
CRONOLOGIA HISTÓRICA	29
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	31
ACORDOS BILATERAIS	32

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Dominicana
GENTÍLICO	Dominicano
CAPITAL	São Domingos
ÁREA TOTAL	48.670 km ²
POPULAÇÃO (2023)	10.760.028
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
RELIGIÃO	Católicos 47,8%; Protestantes 21,3%; outros 30,9%
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Luis Abinader
CHANCELER	Roberto Álvarez
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Dominicano
PIB a preços correntes (2022, Banco Mundial)	US\$ 113,64 bilhões
PIB PPP a preços correntes (2022, Banco Mundial)	US\$ 256,39 bilhões
PIB <i>per capita</i> a preços correntes (2022, Banco Mundial)	US 10.120,6
PIB PPP <i>per capita</i> a preços correntes (2022, Banco Mundial)	US\$ 22.833,5
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)	4,9% (2022); 12% (2021); -6,7% (2020); 5,1% (2019); 7% (2018).
IDH (2021)	0,767
EXPECTATIVA DE VIDA (2021, Banco Mundial)	73 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	90,9%
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Patricia Selma Villegas Garcia
EMBAIXADOR EM SÃO DOMINGOS	Renan Leite Paes Barreto

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil - R. Dominicana	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	482,1	379,9	548	594,2	604,1	713,8	703,2	479,1	608,8	1.072,7
Exportações	463,3	358,3	523	580,3	588,4	698	679,7	454,2	581,2	1.043,6
Importações	18,8	21,6	24,9	13,9	15,7	15,8	23,5	24,9	27,6	29,1

Saldo	444,6	336,7	498	566,4	572,7	682,2	656,2	429,3	553,6	1.014,5
--------------	-------	-------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------

PERFIS BIOGRÁFICOS



LUIS ABINADER

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luis Rodolfo Abinader Corona (PRM) foi eleito presidente da República Dominicana em 2020. Natural de São Domingos (12.7.1967), Abinader é político, empresário e economista. É filho do empresário e político José Rafael Abinader Wassaf e de Rosa Sula Corona Caba, ambos nativos da província de Santiago e de ascendência libanesa. Graduou-se em Economia no Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC). Posteriormente, realizou pós-graduação em Gerência de Projetos (Instituto Arthur D. Little); em Finanças Corporativas e Engenharia Financeira (Universidade de Harvard); e em Gerência Avançada (Dartmouth College). Consolidou-se como líder da oposição ao presidente Danilo Medina (PLD), criticando a gestão da economia e a tolerância com a corrupção no país.



ROBERTO ALVAREZ

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Roberto Álvarez trabalhou para o Serviço Exterior da República Dominicana de 1966 a 1970. Atuou como advogado da Secretaria-Geral da OEA e na Secretaria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Como especialista da CIDH, foi responsável pelos informes sobre direitos humanos no Chile (1976), no Paraguai (1977), em El Salvador (1978) e na Nicarágua (1978). Nos anos 1990, atuou como consultor do BID e da Fundação Ford, além de trabalhar como professor e palestrante em instituições dominicanas e norte-americanas. Foi representante permanente junto à OEA entre 2005 e 2007. De 2008 a 2010, participou de Comissão Consultiva da chancelaria como embaixador honorário. Foi diretor de política internacional nas campanhas de Luis Abinader em 2016 e 2020.

POLÍTICA INTERNA

A República Dominicana conta com regime presidencialista e parlamento bicameral, cujos membros são eleitos de forma direta para mandatos de quatro anos. O Senado compõe-se de 32 membros e a Câmara de Deputados, de 190. Os prefeitos municipais, deputados, senadores e o próprio presidente da República são eleitos por voto direto. Os governadores das 32 províncias são nomeados pelo presidente da República.

Partidos políticos

A estrutura político-eleitoral do país abarca vários partidos políticos. São dominantes o Partido da Liberação Dominicana (PLD); o Partido Reformista Social Cristão (PRSC); o Partido Revolucionário Dominicano (PRD); e o Partido Revolucionário Moderno (PRM), dissidência do PRD, criada em 2015.

Mais antigo partido político do país em atividade, o PRD vem experimentando contínuo processo de fragmentação desde a morte de José Francisco Peña Gómez, em 1998. Embora o enfraquecimento da legenda tenha tido início em 1973, quando Juan Bosch saiu da agremiação para fundar o PLD, foi com a criação do PRM (2014), capitaneada por lideranças como Hipólito Mejía e Luis Abinader, que o PRD se transformou em coadjuvante. Liderado pelo ex-chanceler Miguel Vargas, o partido não elegeu senadores no pleito de 2020 e possui apenas 3 das 190 cadeiras do Congresso, atrás do Partido Reformista Social Cristão (PRSC), fundado em 1984 pelo ex-presidente Joaquín Balaguer, com 4 assentos.

Após período de revezamento com o PRD, o PLD manteve-se no poder de 2004 a 2020. Em 2004, Leonel Fernández (PLD) foi eleito presidente. Reeleito em 2008, Fernández aprovou nova constituição que vedava a reeleição e, em 2012, logrou eleger seu sucessor, Danilo Medina Sánchez, por estreita margem de votos (51% contra 47% do ex-presidente Hipólito Mejía, então no PRD). Medina alcançou altos índices de popularidade, o que motivou aliados a apresentarem proposta de emenda constitucional autorizando a reeleição no país.

A possibilidade de reeleição foi aprovada pelo Congresso dominicano em junho de 2015, apesar da resistência da oposição e de grupos da coalizão governista. Dentro do PLD, o ex-presidente Leonel Fernández, interessado em concorrer de novo, era contrário à reforma. Para superar a cisão, Medina e Fernández firmaram um *Acordo de 15 pontos*, possibilitando a aprovação da reforma. Em maio de 2016, Medina obteve vitória com 62% dos votos.

Hegemônico durante os últimos vinte e cinco anos, com exceção do interregno de Hipólito Mejía (2000/04), o PLD sofreu desgaste, decorrente do longo tempo à frente do Executivo, acusações de corrupção e disputas internas, que culminaram com a saída do ex-presidente Leonel Fernández e a criação do Fuerza del Pueblo, alçado à condição de terceira força partidária do país.

Do lado da oposição, o PRD expulsou, em 2013, o ex-presidente Hipólito Mejía e aliou-se ao PLD. Em seguida, Mejía fundou o Partido Revolucionário Moderno (PRM), que se tornou o principal partido opositor e lançou Luis Abinader como candidato

presidencial, tendo sido derrotado em 2016, mas acumulando forças para o pleito seguinte.

Os últimos anos testemunharam o crescimento significativo de movimentos suprapartidários da sociedade civil, abraçando o discurso de defesa da transparência e do combate à corrupção e à impunidade. Luis Abinader soube associar sua imagem às pautas defendidas pela sociedade civil. O PRM consolidou-se nas eleições de 2020 como principal força da política dominicana. Com amplo respaldo nas camadas médias urbanas e nos movimentos estudantis, o partido conseguiu vincular sua imagem ao slogan "*el cambio va!*", alcançando a presidência da República com tão somente seis anos de existência.

O cenário político dominicano sofreu, portanto, forte transformação em 2020, com a derrota nas urnas dos três partidos que dominaram o país por décadas (PLD, PRD e PRSC).

A esquerda "progressista", representada por Guillermo Moreno, não possui expressão ou apelo social fora da capital São Domingos. Embora sem papel relevante, cabe também mencionar o Partido Nacionalista Dominicano (PND), que publicou *manifesto anti-haitiano*, com críticas à política migratória do país.

Câmara dos Deputados

Composta por 190 membros, dos quais 178 são eleitos em círculos eleitorais, com um mínimo de dois deputados por círculo eleitoral; 5 deputados são eleitos em nível nacional por acúmulo de votos; e 7 deputados representam os dominicanos no exterior. O número de cadeiras por distrito varia de acordo com sua população, com um mínimo de duas cadeiras mais uma para cada 50.000 habitantes e uma última para quaisquer 25.000 habitantes adicionais. A este total somam-se os 5 assentos compensatórios distribuídos prioritariamente aos partidos que ultrapassaram o limiar eleitoral de 1% dos votos expressos a nível nacional mas que não obtiveram quaisquer assentos nos círculos eleitorais. Finalmente, 7 assentos foram reservados desde 2016 para a diáspora em um único círculo eleitoral extranacional, de acordo com o mesmo método de votação.

As eleições legislativas ocorrem a cada quatro anos, concomitantemente às eleições para o senado. Costumam ser realizadas em 16 de maio dos anos pares não divisíveis por quatro (2006, 2002, 1998 etc.), em uma única votação. Desde a promulgação de nova constituição, em janeiro de 2010, as eleições legislativas passaram a coincidir com a eleição presidencial.

Para ser elegível como deputado, é preciso ter pelo menos 25 anos, ser cidadão dominicano, gozar dos direitos civis e políticos, ser nascido no distrito eleitoral ou residir nele há pelo menos cinco anos ininterruptos e ser nomeado por um dos partidos oficialmente reconhecidos pela Junta Central Eleitoral. O mandato de deputado é incompatível com o serviço público.

Partido	1998	2002	2006	2010	2016	2020
Partido Revolucionário Moderno (PRM)	-	-	-	-	44	88
Partido da Libertação Dominicana (PLD)	49	41	96	97	110	62

Força do povo (FP)	-	-	-	-	-	16
Partido da Reforma Social Cristã (PRSC)	17	35	22	11	17	5
Partido Revolucionário Dominicano (PRD)	83	74	60	75	17	3
Allianza País (ALPAÍS)	0	0	0	0	1	2
Partido Democrático Cristão de Quisqueyano (PQDC)	0	0	0	0	1	1
Outros						13
Total	149	150	178	183	190	190

Senado

O atual texto constitucional (2010) estabelece que os 32 senadores são eleitos, com mandatos de quatro anos, para a representação dos cidadãos de cada província (31) e do Distrito Nacional. O cargo é incompatível com outra função ou emprego da administração pública, exceto docente. Havendo vacância de senadores, o Senado escolherá o suplente da lista apresentada pelo órgão superior do partido que o indicou.

Os senadores são obrigados a residir na demarcação territorial que representam, enquanto durarem seus mandatos. São requisitos necessários para ser senador: ser dominicano em pleno exercício dos direitos civis e políticos; ter ao menos vinte e cinco anos; ser natural da demarcação territorial que escolher ou nela residir há pelo menos cinco anos consecutivos. Dominicanos naturalizados só podem ser eleitos para o Senado dez anos depois de terem adquirido a nacionalidade dominicana, desde que tenham residido na jurisdição que os eleger durante os cinco anos anteriores à sua eleição.

Algumas atribuições exclusivas do Senado incluem: decidir sobre as denúncias feitas pela Câmara dos Deputados contra funcionários públicos de natureza popular eletiva, eleitos pelo Senado e pelo Conselho Nacional da Magistratura; aprovar as nomeações de chefes de missões permanentes no estrangeiro apresentadas pelo Presidente da República; eleger os membros da Mesa Central Eleitoral e seus suplentes; autorizar a presença de tropas estrangeiras no país; e regular e autorizar o envio de tropas dominicanas ao exterior em missões de paz.

Disposições comuns a ambas as Câmaras

Em cada câmara, é necessária a presença de mais da metade de seus membros para a validade das deliberações. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos, salvo os assuntos anteriormente declarados urgentes que, em sua segunda discussão, serão decididos por dois terços dos presentes.

Os membros de ambas as câmaras gozam de imunidade, não podendo ser processados ou perseguidos pelas opiniões que exprimirem nas sessões realizadas no período constitucional para o qual foram eleitos. Nenhum senador ou deputado poderá ser privado de sua liberdade durante as legislaturas sem autorização do Plenário do Senado, exceto nos casos em que for preso em flagrante delito. As sessões são realizadas separadamente, exceto quando os congressistas se reúnem na Assembleia Nacional.

No dia 16 de agosto de cada ano, o Senado e a Câmara dos Deputados elegem suas respectivas diretorias, compostas por um presidente, um vice-presidente e dois

secretários. O Presidente do Senado e o Presidente da Câmara dos Deputados terão, durante as sessões, poderes disciplinares e representarão suas respectivas Câmaras em todos os atos jurídicos. Cada Câmara designará seus funcionários administrativos e auxiliares de acordo com a Lei da Carreira Administrativa do Congresso Nacional. Os presidentes de ambas as casas devem convocar as respectivas sessões plenárias na primeira semana de agosto de cada ano, para prestar contas das atividades legislativas, administrativas e financeiras realizadas no período anterior. Todos os anos os legisladores devem apresentar um relatório sobre sua gestão aos eleitores.

Composição do Senado

Partido	1998	2002	2006	2010	2016	2020
Partido Revolucionário Moderno (PRM)	0	0	0	0	2	17
Fuerza del Pueblo (FP)	0	0	0	0	0	9
Partido da Libertação Dominicana (PLD)	3	1	22	31	26	3
Partido da Reforma Social Cristã (PRSC)	3	2	3	1	1	2
Partido Revolucionário Dominicano (PRD)	24	29	7	0	1	0
Partido Liberal da Reforma (PLR)	0	0	0	0	1	0
Bloco Institucional Social-democrata (BIS)	0	0	0	0	1	0
Outros partidos políticos	0	0	0	0	0	1
Total	30	32	32	32	32	32

Eleições de 2020

Durante a pré-campanha, no campo governista, tiveram projeção os nomes do ex-ministro da Educação e ex-chanceler Andrés Navarro; do ministro de Obras Públicas, Gonzalo Castillo; e do ministro da Administração da Presidência, Jose Peralta. Na oposição, o ex-presidente Hipólito Mejía e o empresário Luis Abinader, derrotado em 2016, mostravam-se como principais opções. Analistas consideravam, à época, que o governista PLD manteria posição hegemônica, em razão do crescimento econômico do país e do alargamento da base social do partido.

Em outubro de 2019, após votação marcada pela elevada taxa de abstenção e denúncias de fraudes, as primárias no PLD indicaram vitória de Gonzalo Castillo como candidato pelo partido. Imediatamente, Leonel Fernández não reconheceu o resultado e apresentou sua renúncia como presidente da agremiação. Ao desfiliar-se, Fernández anunciou a formação de um novo grupo político, o *La Fuerza del Pueblo*. No campo adversário, o resultado das prévias confirmou o favoritismo de Luis Abinader contra o ex-presidente Hipólito Mejía. Abinader obteve 74% dos votos dos filiados ao PRM, enquanto Mejía recebeu 22%.

Com os impactos multidimensionais causados pela pandemia de Covid-19, as eleições presidenciais de 2020 foram realizadas em 5 de julho de 2020, após adiamento da data inicial. O empresário Luis Abinader (PRM) foi eleito presidente ainda em primeiro turno, com 52,5% dos votos, consolidando amplo apoio junto à opinião pública e obtendo maioria no parlamento. O candidato da situação, Gonzalo Castillo (PLD), terminou em segundo lugar, com 37,4% dos votos, enquanto Leonel Fernández

(PRSC) obteve 8,9%. A abstenção (44%) foi recorde, porém o comparecimento surpreendeu em razão das restrições impostas pelo combate à pandemia.

A vitória de Abinader encerrou um ciclo de quase 25 anos do PLD no poder, somente interrompido pelo governo de Hipólito Mejía (2000-2004), do PRD. Pela primeira vez desde 1962, nenhum dos três partidos tradicionais (PLD, PRD e PRSC) chefiam o Legislativo ou detém maioria no Congresso.

Governo Luis Abinader

Luis Rodolfo Abinader Corona, natural de São Domingos, é empresário e economista com pós-graduação em Harvard. No setor privado, foi presidente do Grupo ABICOR, que desenvolve projetos de turismo, e atuou na área de produção de cimento. Sua carreira política sempre foi focada na defesa da necessidade de reformas de cunho liberal. Primeiro presidente dominicano nascido após a ditadura de Rafael Trujillo, Abinader defendeu necessidade de implementar, desde o início do governo e com agilidade, propostas para geração de emprego e renda, recuperação da indústria de turismo, redução do déficit público e combate à corrupção e à impunidade.

O presidente anunciou Roberto Álvarez como chanceler ainda durante a campanha. Álvarez ocupou a função de representante permanente da República Dominicana junto à OEA (2005/07), tendo atuado, anteriormente, como advogado da SG-OEA e especialista da CIDH. De 2008 a 2010, participou de Comissão Consultiva da chancelaria dominicana, como embaixador honorário. Já no programa de política externa da candidatura de Abinader, constava a importância de aprofundar as relações com o Brasil, com foco no agronegócio e nos investimentos diretos no país caribenho. Sobre a Venezuela, merece destaque a condenação do regime de Nicolás Maduro.

Em agosto de 2020, o embaixador do Brasil em São Domingos foi recebido para primeira reunião com o chanceler Roberto Álvarez, tendo verificado a disposição do governo em elevar o patamar da relação bilateral. Álvarez concordou ser oportuno dar início à preparação da agenda temática da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, que veio a ser realizada em dezembro de 2020.

Perto de completar um ano de governo, em agosto de 2021, Abinader ainda não sentia o peso da cobrança por resultados. O prolongamento da pandemia de Covid-19, para além do inicialmente esperado, vinha contribuindo em boa medida para uma gestão sem sobressaltos e uma oposição mais contida. Internamente, suas medidas de maior destaque foram a afiliação de dois milhões de contribuintes ao regime do Servicio Nacional de Salud, uma de suas promessas de campanha, a continuação de programas de ajuda a trabalhadores e empresas, bem como a distribuição de computadores e tablets a alunos e professores da rede pública para as aulas à distância.

Em discurso ao parlamento em fevereiro de 2022, Abinader celebrou o que vê como dinamismo de seu governo, afirmando ter cumprido 90 por cento do que prometeu, em que pese os desafios enfrentados nos dois anos de pandemia, transcorrida, em grande parte, durante sua administração. Exaltou a eficiência de sua administração no combate à pandemia com a implementação do Plano Nacional de Vacinação, compra de insumos (medicamentos, testes diagnósticos, oxigênio, equipamentos e materiais de proteção) da ordem de quase USD 590 milhões, assim como aumento salarial de 30% para o pessoal de saúde, tendo alocado USD 110 milhões nessa rubrica. Assinalou que a letalidade da Covid-19 no país situava-se, em média, entre os níveis mais baixos "da

região e do mundo" (0,9%), justificando o anúncio de suspensão das restrições no país para "caminar hacia la normalidad".

Para Abinader, o bom desempenho do país em 2021 colocaria a República Dominicana no ranking dos 10 países com maior crescimento econômico em 2021 e o consolidaria como a "economia mais dinâmica da América Latina". As reservas internacionais de USD 13 bilhões, de acordo com o presidente, apresentam o nível mais alto da história do país. A moeda local teria igualmente valorizado 1,4% no período. O déficit público passou de 7,9% em 2020 a 2,7% em 2021, quando se esperava 4,1%. A dívida consolidada do setor público teria diminuído 6.4 pontos percentuais, passando de 69,1% no final de 2020 a 62,7% em 2021. Desde abril de 2021, cerca de 22 mil empregos formais vêm sendo criados por mês, afirmou o presidente. O salário mínimo no setor turístico teve um aumento médio de 23%, enquanto o do setor de zonas francas industriais, 21%. A média ponderada de 24% de aumento do salário mínimo dos trabalhadores do setor privado, em geral, teria contribuído para combater a inflação, indicou.

O presidente tem dado ênfase ao desempenho do setor de Turismo, com a reativação de 21 projetos hoteleiros em 2021, e o início de outros 23 em 2022, que somam US\$1,7 bilhão em investimentos, e devem ampliar em 9.423 a oferta de quartos na rede hoteleira. A volta do fluxo turístico internacional em 2021 teria injetado quase USD 5,4 bilhões em divisas na economia dominicana.

O governo Abinader também tem priorizado a saúde. Segundo o ministro de Saúde Pública e Assistência social dominicano, durante os dois primeiros anos de gestão (2020-2022), foram investidos mais de 90 milhões de dólares em reformas e compra de material hospitalar, para responder ao "déficit histórico" existente no setor. O governo atual também teria inaugurado 48 novas farmácias populares e a 638 milhões de medicamentos distribuídos a 550 mil pessoas. Informou ter dado andamento a obras da ordem de quase USD 50 milhões que "há anos" estariam paradas.

Quanto ao setor de energia, em seu plano de governo, Abinader destacou estratégias para elevar a produção de energia em 2.000 MW em quatro anos, a saber: a) ampliação e diversificação do parque de geração elétrica; b) expansão e modernização do sistema de transmissão de energia; c) saneamento da gestão e operação das empresas distribuidoras, com vistas à estabilidade do serviço e incremento na entrega de energia à população; d) estímulo à produção de energia a partir de fontes renováveis (luz solar; eólica, biomassa e resíduos sólidos urbanos); e) reforma da gestão pública do setor elétrico.

Em 2021, foram assinados contratos para a implementação de projetos de geração de 530 MW de eletricidade a partir da energia solar. Disse o presidente que o referido volume totalizaria mais que o dobro do número de projetos de energia solar aprovados em mais de uma década. Foi aberta licitação pública internacional, em março de 2021, para a construção de uma usina na Baía de Manzanillo, obra que terá início em 2022. O projeto prevê a construção de duas usinas de 400 MW cada (totalizando 800 MW de energia), juntamente com um terminal de descarga para armazenamento e distribuição de gás natural destinados aos novos geradores. Outra licitação internacional, em caráter emergencial, prevê a instalação – no transcurso de 2022 – de até 400 MW com base em unidades geradoras de instalação rápida, disponíveis no mercado internacional. Críticos afirmam, no entanto, que o déficit do setor energético no país se deveria mais à baixa eficiência do sistema de distribuição do que à falta de capacidade geradora.

Abinader tem afirmado que a mudança mais transcendente de sua gestão é o combate à corrupção. Em dezembro de 2020, firmou Memorando de entendimento com o sistema das Nações Unidas na República Dominicana para o recebimento de assistência técnica e fortalecimento das capacidades institucionais em matéria de inteligência ética e combate à corrupção bem como o fortalecimento do Sistema Nacional de Compras e Contratações. Em dezembro de 2020, o presidente submeteu plano de reforma institucional e conjunto de medidas visando maior transparência e publicidade à gestão pública, bem como o combate à corrupção e a recuperação de ativos roubados.

O governo de Abinader tem mantido altas taxas de popularidade. Segundo pesquisa de opinião de fevereiro de 2023, 60,5% dos dominicanos aprovavam o governo e 61,1% consideravam o seu desempenho bom. Ao final de 2022, 71% da população do país avaliava como positiva a gestão de Abinader, e em novembro de 2020, 84,5%. Mesmo com o decréscimo atual na taxa de aprovação, seu governo ainda é um dos mais bem avaliados da América Latina.

Eleições 2024

A próxima eleição presidencial na República Dominicana será em 19 de maio de 2024, sendo que na mesma ocasião aquele país elegerá senadores e deputados. O segundo turno, se houver, será em 30 de junho de 2024. Em junho de 2023, a autoridade eleitoral dominicana declarou aberta a pré-campanha. De acordo com o calendário estabelecido pela autoridade eleitoral dominicana, em 1/10 próximo serão realizadas prévias; e, em 29/10 as convenções dos partidos.

Há expectativa de que venha a anunciar sua candidatura em evento político previsto para este mês de agosto, ocasião em que passará em revista sua gestão, como tem feito anualmente.

Os demais pré-candidatos são o ex-presidente Leonel Fernández (Força do Povo), que já ocupou o cargo em duas oportunidades (1996-2000 e 2004-2012); Abel Martínez Duran (Partido da Liberação Dominicana ou PLD), prefeito de Santiago de los Caballeros, segunda maior cidade do país; Guillermo Moreno (Aliança País), ex-procurador; e Miguel Vargas (Partido Revolucionário Dominicano), que foi chanceler na gestão de Danilo Medina (2016-2020).

Segundo pesquisa divulgada em junho passado, 47,7% dos eleitores dominicanos votariam em Abinader; 28,9% no ex-presidente Leonel Fernández; e 19% no prefeito Abel Martínez.

POLÍTICA EXTERNA

No programa de governo e em seu discurso de posse, em agosto de 2020, Abinader listou as prioridades de política externa de sua gestão: i) profissionalização e modernização do serviço exterior; ii) promoção das exportações de bens e serviços em grandes mercados; iii) defesa das normas internacionais de meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris; iv) cumprimento integral das normas que regem o ingresso de estrangeiros no país; v) melhor aproveitamento da posição geográfica privilegiada do país; vi) promoção da democracia e dos direitos humanos; e vii) apoio à diáspora dominicana.

No âmbito multilateral, o PRM propôs intensificar sua participação em foros internacionais e estreitar laços históricos com mecanismos regionais, como a Aliança do Pacífico, a ALADI, o SICA e o CARIFORO. No segundo semestre 2022, a República Dominicana ocupou a presidência *pro tempore* do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e da Conferência Ibero-Americana, no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana. A XXVIII Cúpula Ibero-Americana ocorreu em março de 2023 na República Dominicana.

No discurso de abertura da Cúpula Ibero-Americana, em março de 2023, o presidente Abinader destacou a importância de se constituir uma nova arquitetura financeira internacional, capaz de fazer face às "crises multidimensionais" causadas por pandemia, conflitos internacionais, efeitos climáticos e incertezas do mercado internacional. Também foram temas do seu pronunciamento: o combate à fome, a necessidade de novas tecnologias, sustentabilidade e uso racional dos recursos ambientais.

Na IX Cúpula das Américas, em Los Angeles, em 2022, decidiu-se que a República Dominicana será a sede da próxima edição da Cúpula, em 2025.

Haiti

Haiti e República Dominicana compartilham, de modo assimétrico, a ilha Hispaniola (2/3 correspondem a território dominicano e 1/3, haitiano) e mantêm relacionamento marcado pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória. Os vizinhos dominicanos atingiram níveis de desenvolvimento e estabilidade política superiores, sendo acentuada a disparidade da renda per capita dominicana (US\$ 10.120, em 2022) e haitiana (US\$ 1.748, em 2022); bem como os índices de desemprego na República Dominicana (7,1% em 2022) e no Haiti (60%). Calcula-se, nesse contexto, a presença de contingente superior a um milhão de migrantes haitianos no país, o que corresponde a cerca de 10% da população dominicana.

No plano comercial, o Haiti mantém-se como importante parceiro dominicano. Entre 2000 e 2013, as trocas bilaterais aumentaram treze vezes. Entre 2015 e 2021, contudo, houve redução substancial – resultado, em grande medida, da instabilidade crônica vivenciada no Haiti. Sem embargo, o Haiti, que havia deixado de ser o segundo destino de exportações dominicanas para a Suíça em 2020 e 2021, recuperou essa posição em 2022. Os principais produtos exportados pela República Dominicana aos haitianos são óleo de soja e frações, farinha de trigo, barras de ferro, louças e artigos de mesa.

A instabilidade no Haiti tem sido motivo de preocupação pelas autoridades dominicanas, em função do maior fluxo migratório proveniente do país vizinho. Luis Abinader dedicou extenso capítulo do programa de governo às relações com o Haiti. Reconhecendo a dificuldade inerente ao relacionamento, o programa tratava a interdependência entre os países como vetor de uma agenda bilateral para o futuro. Desafio adicional para o governo é, contudo, a regularização definitiva de cerca de 200 mil imigrantes haitianos que vivem na República Dominicana com documentação provisória. Haveria, ainda, cerca de 70 mil descendentes de haitianos, nascidos em território dominicano antes de 2010 e, por conseguinte, afetados pela Sentença 168-2013 do Tribunal Constitucional, que lhes retirou a nacionalidade dominicana. Estima-se que em 2023, uma média de 20 mil haitianos tenham cruzado a fronteira por semana. Nesse contexto, a República Dominicana deportou mais de 170 mil haitianos apenas em 2022.

O peso da história e dos conflitos à época da independência, bem como diferenças linguísticas, culturais e socioeconômicas fazem dessa convivência um desafio diário para as duas nações vizinhas. Há na República Dominicana a sensação de que a "comunidade internacional" não faz o suficiente para apoiar o Haiti e muitos defendem que a República Dominicana não é capaz de encaminhar, sozinha, soluções para a centenária instabilidade e debilidade institucional do vizinho.

A despeito do cenário complexo, a disposição do governo Abinader em dialogar mais estreitamente com o Haiti ficou evidenciada pela decisão em janeiro de 2021 de retomar a Comissão Mista Binacional, criada em 1996, pela visita do chanceler Álvarez ao Haiti em novembro de 2020, reciprocada por seu homólogo em poucas semanas, e pelo encontro entre Abinader e o então presidente haitiano Jovenel Moïse na região fronteiriças. Ademais, foi criado um "gabinete ampliado de Haiti", que reúne, periodicamente, representantes da chancelaria e ministérios da Defesa, Interior, Saúde e Aduanas da República Dominicana, com o que se pretende atribuir tratamento "transversal" ao dossiê haitiano. Por outro lado, há também medidas controversas sendo adotadas pelo atual governo dominicano. Em fevereiro de 2021, aos seis meses de iniciada a atual gestão, o presidente Luis Abinader anunciou que implementaria a instalação de cerca na fronteira com o Haiti, para coibir a imigração ilegal, o contrabando e o tráfico de drogas. A obra provoca controvérsias e tem sido objeto de críticas de comerciantes de ambos os países, assim como de organizações de direitos humanos. Na primeira etapa de construção, foram 54 km construídos, de uma meta de 190km. A fronteira entre os dois países, de 390 km, entretanto, segue porosa.

O assassinato do presidente Moïse, em julho de 2021, trouxe à tona o temor de uma ruptura institucional do país vizinho, com possível transbordamento para o lado dominicano. Em janeiro de 2022, Abinader reuniu-se com lideranças políticas locais, na sede do Executivo, em movimento para obtenção de conformidade e apoio político interno às medidas do governo no contexto da atual situação de instabilidade do Haiti. Desde novembro último, integrantes do governo e organizações políticas têm dialogado de forma mais aprofundada sobre o tema.

A declaração conjunta do governo e de líderes partidários, divulgada ao término da reunião, elenca os pontos críticos da situação para a República Dominicana. Ao indicar o apoio às ações da política externa dominicana a respeito do Haiti assim como aquelas no âmbito interno, o documento afirma que "no hay ni habrá en el futuro solución dominicana a los problemas de Haití".

Abinader tem reiterado a posição dominicana em foros internacionais, inclusive na OEA e na Cúpula CELAC-UE, de que a comunidade internacional deve atuar em

favor do Haiti a fim de que este possa recuperar a estabilidade política, econômica e social, de modo a não sobrecarregar a República Dominicana, que, a despeito de iniciativas de solidariedade, tem sentido os efeitos do afluxo de imigrantes sobre os serviços públicos. O Presidente tem sublinhado, ainda, que a assistência em temas de saúde a nacionais haitianos representa um grande peso no orçamento nacional.

A posição do governo Abinader encontra respaldo na opinião pública, uma vez que os principais jornais do país, que reverberam o entendimento de que a República Dominicana tem feito todo o possível para apoiar a estabilidade política haitiana, mas a comunidade internacional não deve cobrar dos dominicanos mais do que eles podem dar.

Estados Unidos

O principal parceiro externo da República Dominicana são os Estados Unidos, muito embora a relação seja bastante complexa, especialmente em face da ocupação norte-americana no país, ocorrida em 1965. De um lado, não se pode negar o desejo dominicano de aproximação com os EUA e o reconhecimento, por Washington, da importância da República Dominicana no contexto caribenho. De outro, subsiste a necessidade de afirmar a "identidade nacional" de um país que teve sua soberania nacional duas vezes violada pelo vizinho ao norte.

Um dos marcos no relacionamento é o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central (Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala) e República Dominicana, conhecido pela sigla CAFTA-DR, assinado em 2004.

O governo Abinader tem buscado de construir relação mais próxima a Washington do que seu antecessor. Em seu discurso de posse em 2020, Abinader não fez qualquer menção à China, ao passo que ressaltou que fortaleceria “as relações estratégicas com os EUA, nosso principal sócio comercial e lugar onde residem dois milhões de compatriotas”.

A proximidade geográfica, os fluxos de comércio, investimentos e turistas, bem com os milhões de dominicanos e descendentes residentes nos Estados Unidos fazem com que toda a economia dominicana esteja intimamente conectada à dos EUA.

Espanha

Em agosto de 2020, em seu discurso de posse, o presidente Abinader disse que reforçará as relações com todas as regiões do mundo, incluindo a União Europeia, especialmente com a Espanha, país que é um dos principais investidores na República Dominicana. A Espanha é o quinto parceiro comercial da República Dominicana, com fluxo comercial de US\$ 866 milhões em 2018 (atrás de EUA, China, Índia e Haiti), e possui o quarto maior estoque de investimentos no país (atrás de EUA, Canadá e Brasil).

Por ocasião de reunião da Internacional Socialista, em 2021, o presidente espanhol Pedro Sánchez realizou visita oficial à República Dominicana, a primeira após 23 anos desde a última visita de um chefe de governo espanhol. Os presidentes assinaram um novo "Marco de Associação País" (MAP), que define parâmetros para cooperação bilateral, e um Memorando de Entendimento (MdE) na área de comércio e investimento.

China

Em maio de 2018, a República Dominicana estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e, consequentemente, rompeu relações diplomáticas com Taiwan, as quais perduravam desde 1944. A mudança foi consolidada com a visita presidencial de Danilo Medina a China em novembro de 2018 e com a visita do vice-primeiro ministro chinês, Hu Chunhua a São Domingos em março de 2019. Na ocasião da visita de Medina, foram firmados 18 memorandos de entendimento nas áreas de comércio, investimento e turismo, além de haver sido concedido um empréstimo US\$ 600 milhões para aperfeiçoar o setor elétrico dominicano.

Até 2018, a República Dominicana ocupava a posição de principal parceiro de Taiwan no Caribe. No entanto, vantagens econômicas oferecidas pela RPC vinham atraindo a atenção de empresários e autoridades locais. Com o reconhecimento da China, Taiwan anunciou a suspensão de todos os projetos de cooperação e ajuda com a República Dominicana, cuja média anual alcançava US\$ 12 milhões. A cooperação técnica entre os países tinha como marco um acordo de 1963, no âmbito do qual se destacavam a doação de motocicletas e ambulâncias ao serviço de atendimento de emergência local, bolsas estudantis, sistemas de vigilância em aeroportos e técnicas de melhora em cultivos agrícolas.

CARICOM

A República Dominicana tem tido mais sucesso no diálogo com seus parceiros hispânicos centro-americanos – com quem compartilha língua, cultura, religião e tradição política – do que no estabelecimento de relações próximas com os países da CARICOM, predominantemente de língua inglesa e com cultura política parlamentar herdada do Reino Unido.

O país não é membro efetivo da CARICOM, apesar de ter apresentado solicitado ingresso à comunidade em 1991. Em 2013, a CARICOM “suspendeu a consideração” do pedido dominicano em razão da sentença 0168/13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana de novembro de 2013, que decidiu que descendentes de haitianos, nascidos após junho de 1929 e cujos pais estivessem em situação irregular na República Dominicana, teriam status próprio quanto à nacionalidade.

A despeito da condição de não membro, a República Dominicana participa de reuniões e foros promovidos pela CARICOM, de que é exemplo a presença de Abinader no encontro “US – Caribbean Leaders Meeting”, em Nassau, em junho de 2023, organizado no âmbito do grupo.

Acordos Preferenciais de Comércio

A República Dominicana beneficia-se de seis regimes de comércio preferencial: a) Acordo DR-CAFTA: tratado de livre comércio entre República Dominicana, Estados Unidos e América Central; b) Economic Partnership Agreement: acordo de associação econômica entre União Europeia e países do Cariforum; c) República Dominicana – Países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua); d) República Dominicana – CARICOM; e) República Dominicana – Panamá; f) Sistema Geral de Preferências (SGP): acesso preferencial aos mercados de Canadá, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia, Rússia e Belarus. Em 16 de dezembro de 2021, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio, Investimento e Vínculos Produtivos entre o MERCOSUL e a República

Dominicana, o qual contribuirá para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais do bloco com a República Dominicana.

ECONOMIA

A República Dominicana é a maior economia da América Central e Caribe (PIB de USD 113,6 bilhões em 2022) e à frente da Guatemala (USD 94,98 bilhões em 2022) e do Panamá (USD 76,5 bilhões em 2022). O país tem apresentado um dos mais elevados índices de crescimento econômico de todo o continente americano ao longo dos últimos anos. Durante a década de 2010, o PIB dominicano avançou em média 5,6%.

Em 2022, o PIB real cresceu 4,9%, impulsionado pelo setor de serviços. O setor de bares, restaurantes e hotéis cresceu 24% esse ano, em virtude da retomada das atividades na área após a campanha de vacinação e a política fiscal expansionista dominicana, conjugado com o contexto de recuperação do turismo global.

Ainda assim, o país não passou incólume à pandemia, inclusive em razão do impacto no turismo internacional (importante fonte de recursos). As consequências imediatas para o turismo e as exportações e o peso do “lockdown” em outros setores levaram à acelerada contração econômica no segundo trimestre de 2020. O resultado do PIB de 2020 foi o pior em 50 anos. Nas últimas cinco décadas, a economia do país recuou em apenas outras três ocasiões: - 2,1% em 1985, - 5,5% em 1990 e - 1,3% em 2003.

Entretanto, defensores do governo Abinader indicam que política econômica ativa ajudou a amortecer o impacto da crise sanitária mundial. Como parte das políticas fiscais expansionistas, foram incrementados as transferências de renda e os gastos com saúde. Foram fundamentais os descontos e deferimentos tributários, afrouxamento da política monetária, provimento de liquidez e outras medidas de adaptação e flexibilidade econômica, como financiamento para pequenas e médias empresas e incentivos aos setores de turismo e de construção civil.

Como resultado, a despeito da contração da economia de 6,7% em 2020, houve crescimento de 9,5% em 2021. O setor financeiro permaneceu sólido. O déficit em conta corrente se manteve mais do que financiado por investimentos diretos estrangeiros, fortalecendo a posição das reservas internacionais. A gradual e contínua desvalorização do peso dominicano estimulou o envio de remessas internacionais. O aumento das remessas, a atuação do Banco Central no mercado de câmbio e os citados investimentos diretos mantiveram a desvalorização do peso sob relativo controle. Forte acesso aos mercados globais ajudou a financiar o crescente déficit fiscal.

Relatório do FMI pressionava por reforma fiscal significativa no país em função da *rigidez do gasto público* e da *inelasticidade da carga tributária*. A pandemia, entretanto, dificultou esse tipo de ajuste. A República Dominicana quitou, em 2016, dívida de US\$ 1,2 bilhão junto ao Fundo, voltando a estar livre de passivos junto a esse organismo internacional. Com a pandemia, entretanto, o país voltou a fazer uso de uma linha de crédito do Fundo para fortalecer a economia.

Atualmente a dívida pública continua em níveis acima aos pré-pandemia, e a conta de juros equivale a 3% do PIB. Segundo o Banco Mundial, o espaço fiscal reduzido reforçou a tendência de queda do investimento público (de 3,9 para 2,8 por cento do PIB entre 2005 e 2021).

O aumento das taxas de inflação tem afetado principalmente a camada mais vulnerável da população. A inflação no final atingiu 7,8% ao ano em 2022, impulsionada pelas interrupções nas cadeias de abastecimento internacionais e pelo aumento dos preços das commodities para alimentos e transporte.

Quanto ao emprego, em 2022, registrou-se aumento de 2% e a informalidade diminuiu 1,9% em comparação com 2021. A taxa de pobreza de renda média alta (US\$ 6,85 em 2017 PPP por dia) deverá continuar caindo em 2023 em 21,6%.

A República Dominicana é o maior receptor de investimentos estrangeiros na região. Em 2022, a República Dominicana alcançou recorde de investimento estrangeiro direto, totalizando USD 4,010 bilhões, segundo o Banco Central da República Dominicana (BCRD), o que representa 35% dos fluxos de investimento da região centro-americana nesse ano. O setor do turismo foi o principal atrativo de fluxos de investimento externo direto (IED) no país, com investimentos superiores a um bilhão de dólares pela primeira vez na história, o que representou 25% dos fluxos totais de IED em 2022.

De acordo com o Banco Central do país, o setor de energia registrou um crescimento absoluto de US\$ 475,2 milhões de dólares e um total captado de US\$ 753,4 milhões, seguido pelo setor de comércio e indústria, cujo crescimento absoluto foi de US\$ 292,1 milhões e o valor total recebido de US\$ 599,5 milhões.

O Banco Central enfatizou que, quanto à origem dos investimentos, houve recuperação da posição do Brasil, já que os investimentos oriundos do país somaram US\$ 109,5 milhões em 2022. O Brasil, que foi o terceiro maior investidores no país ao longo da última década figurou, em 2022, na oitava posição, depois de EUA, México, Canadá, Espanha, Ilhas Virgens, Venezuela e Alemanha.

Historicamente, o principal parceiro comercial e financeiro do país tem sido os Estados Unidos. Em 2022, os EUA realizaram investimentos externos diretos de US\$ 1,52 bilhões na economia dominicana. A relevância dos EUA decorre, em larga medida, da proximidade geográfica e da significativa comunidade de imigrantes dominicanos em território norte-americano. Estima-se que haja cerca de 2 milhões de nacionais dominicanos residindo nos Estados Unidos.

Perspectivas econômicas e desafios

Entre os principais desafios macroeconômicos dominicanos, destacam-se: necessidade de promover crescimento inclusivo e sustentável; equilíbrio fiscal de longo prazo; racionalização de incentivos e isenções fiscais; ampliação da base tributária; criação de um setor exportador dinâmico; aprofundamento das reformas dos sistemas de saúde e educação.

O Banco Mundial projeta uma desaceleração do crescimento econômico de 0,5% em 2023, de 4,9% para 4,4%, em razão das condições fiscais do país e da redução do crescimento econômico mundial. Em contrapartida, as projeções de crescimento após

2023 são otimistas, superando 5%, devido às reformas estruturais em energia, inclusive com aporte do Banco Mundial, e em água e parcerias público-privadas, bem como esforços para melhorar o capital humano e atrair investimento estrangeiro direto, o que pode sustentar o potencial de crescimento no médio prazo.

Considerando o cenário externo, os maiores riscos advêm da situação entre Rússia e Ucrânia, que implica aumento de pressões de bens e serviços, sobretudo porque a República Dominicana importa petróleo, gás natural e cereais.

A variação nos preços dos combustíveis pode impactar a reforma no setor de energia, além de gerar riscos para a situação fiscal do país. Condições climáticas e desastres naturais podem, igualmente, deteriorar o balanço fiscal, dado o baixo grau de proteção da República Dominicana contra esses eventos que tendem a aumentar substancialmente o passivo fiscal.

Comércio Exterior

A balança comercial dominicana é historicamente deficitária, e as trocas comerciais com os países do Caribe são relativamente baixas, por se tratarem de economias pouco complementares, com pautas de exportações muito similares. Uma exceção é o Haiti, importante comprador de produtos dominicanos, com relevante comércio transfronteiriço. Os EUA são o principal mercado de exportação e principal fornecedor do país.

A pauta de exportações da República Dominicana é composta principalmente por recursos minerais, especialmente ouro, equipamentos médicos e veterinários, fumo, circuitos elétricos, artigos de joalheria, preparação de artigos farmacêuticos, ferroliga e produtos têxteis. O aumento da participação de manufaturados na pauta de exportações em anos recentes decorre em parte de política de incentivos governamentais às zonas francas, de onde saíram 62,7% das exportações em 2022. Os principais mercados externos são os EUA, que absorveram 56% das exportações, seguido por Haiti e Suíça (ambos foram destino de 8,4% das exportações), Países Baixos e Índia.

Com relação às importações, o país é consumidor de petróleo e gás natural, equipamentos eletrônicos, peças e itens para equipamentos médicos, plásticos, automóveis, produtos farmacêuticos, papéis e outros itens de menor peso. Os principais fornecedores são EUA (43,5%), China (15,1%), México (3,8%), Brasil (3,7%), Espanha (3,2%), Itália (2,7%), Colômbia (2,6%), Argentina, (1,6%), Alemanha (1,5%), e Índia (1,5%).

Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas do país, durante o ano de 2022, o intercâmbio comercial de mercadorias com o mundo totalizou US\$ 43.436,6 milhões e cresceu 20,0% em relação ao ano de 2021. As trocas comerciais representaram 42,6% do PIB corrente neste ano. Além disso, a balança comercial registrou déficit de -USD 18,656 bilhões, uma vez que o país exportou US\$ 12,39 bilhões e importou US\$ 31,04 bilhões.

Turismo

Durante a pandemia de Covid-19, o setor de turismo sofreu a pior crise de sua história. Um dos maiores receptores de divisas em moeda forte e IED no país, o complexo turístico empregava mais de 300 mil dominicanos, representando cerca de 15% do PIB. A pandemia forçou o governo dominicano a fechar temporariamente o

setor hoteleiro, em razão das restrições sanitárias e da drástica redução das operações aéreas. A ocupação hoteleira, após a reabertura do país ao turismo internacional em 2021, ficou em 5% e o setor perdeu mais de 150 mil empregos diretos.

Entre 2012 e 2019, o país recebeu 45 milhões de visitantes (taxa média anual de crescimento de 5%). Estados Unidos, Canadá, França e Rússia são as principais fontes de turistas. Segundo dados do Banco Central, o número de turistas estrangeiros no país e montante total de dólares injetados na economia entre 2016 e 2022 foram:

- 2016: 6 milhões (USD 6,7 bilhões)
- 2017: 6,2 milhões (USD 7,1 bilhões)
- 2018: 6,6 milhões (USD 7,5 bilhões)
- 2019: 6,4 milhões (USD 7,4 bilhões)
- 2020: 2,4 milhões (USD 3 bilhões)
- 2021: 5,6 milhões (n/d)
- 2022: 7,16 milhões (USD 8,4 bilhões)

A receita cambial proveniente do turismo foi superior a USD 61 bilhões entre 2010 e 2020, resultado que consolidava a República Dominicana como principal destino na região do Caribe e da América Central. Em 2019, antes da pandemia, portanto, a receita gerada pelo turismo (USD 7,4 bilhões) representou 8,4% do PIB, equivalente a 36,4% das exportações de bens e serviços.

A grande aposta do governo para superar os efeitos adversos da pandemia foi o estímulo à retomada e expansão do setor, por meio de políticas fiscais expansionistas. Segundo o “Informe Situación Macroeconómica: Seguimiento de Coyuntura noviembre 2022”, o setor de serviços, representado sobretudo pela atividade turística, continuou liderando o dinamismo da economia dominicana, com variação acumulada de 7,0%. O ingresso de divisas devido ao turismo registrado pelo Banco Central dominicano foi de US\$ 8,4 bilhões, o que equivale a quase 15% do PIB dominicano em 2022.

Para o governo dominicano, o desenvolvimento do setor é fundamental para reverter a tendência histórica de déficits na balança comercial. Como estratégia de médio e longo prazo, o país pretende investir na diversificação, ampliando a já extensa rede de resorts na região de Punta Cana e estimulando o turismo ecológico e sustentável – visto por especialistas como modalidade que apresenta maior potencial de crescimento no turismo internacional nas próximas décadas.

Ainda segundo dados do Banco Central, no período 2010-2019, o IED destinado ao turismo atingiu o montante de USD 4,9 bilhões, compondo 19,4% do total recebido naqueles anos. Não por acaso, a superação da crise no turismo foi prioridade máxima para o presidente Luis Abinader. Ainda em 2020, o governo lançou o "Plano de Recuperação Responsável do Turismo contra a Covid-19", que englobava incentivos financeiros, medidas sanitárias e intensificação de campanhas de divulgação do país no exterior. Os hotéis e resorts do país iniciaram processo de reabertura gradual no segundo semestre de 2020, mas assim como em outras partes do mundo, a efetiva recuperação do setor foi ocorrendo à medida em que se evoluía na vacinação contra a Covid (e com reduzida ameaça de novas variantes). Em agosto de 2023, as estatísticas do governo dominicano apontavam que 66,6% da população havia recebido ao menos uma dose, 55,1% estavam totalmente vacinadas, e 22,8% haviam tomado a dose de reforço.

Indicadores sociais

Em agosto de 2020, em seu discurso de posse, o presidente Abinader criticou o governo anterior com relação ao modelo educacional dominicano e responsabilizou o ex-presidente pelo desempenho ruim dos alunos dominicanos no exame PISA, no qual o país obteve o último lugar em Matemática e Ciências e o penúltimo em Leitura.

Antes da pandemia, a pobreza afetava cerca de 30% da população, ainda que os indicadores de fome tenham sido reduzidos em 50% ao longo da última década. Os serviços sociais receberam incremento de investimentos, com mais de um milhão de novos filiados inscritos no seguro público de saúde e 65.500 habitações construídas para a população de baixa renda.

Mesmo com tais avanços, o Boletim de Estatísticas Oficiais de Pobreza Monetária na República Dominicana apresentava quadro de elevada pobreza, em um país profundamente desigual. Com 0,756 de IDH, a República Dominicana possuía o quarto pior desempenho no Caribe insular, melhor apenas do que Dominica, Jamaica e do vizinho Haiti.

A explicação para o alto nível de pobreza em um país que vinha crescendo a taxas altas é a elevada desigualdade social. O país enfrenta carências típicas de países em desenvolvimento: elevados níveis de pobreza e desigualdade, infraestrutura social precária, degradação ambiental e baixos indicadores de educação e saúde. A pandemia da Covid-19 contribuiu para agravar a situação por seus impactos no setor de turismo, um dos maiores geradores de empregos no país.

A implementação de projetos voltados ao combate à pobreza e à melhora da estrutura de bem-estar social no país tem sido historicamente comprometida pela questão fiscal, haja vista que o país segue com dificuldades de arrecadação e endividamento público. Analistas estrangeiros têm, há algum tempo, alertado para a necessidade de ampla reforma tributária.

O sistema de arrecadação do país, caracterizado por excessivo número de subsídios e benefícios fiscais, é acusado de ser ineficiente para fazer frente às demandas de uma sociedade altamente desigual e com carências significativas nas áreas da saúde, educação, transporte público e habitação. Nesse contexto, o presidente Abinader elegeu a questão fiscal como uma das prioridades de seu governo, mas tem enfrentado forte resistência de setores tradicionalmente beneficiários de incentivos fiscais, como o elétrico e o de combustíveis. A pandemia tornou a administração do tema ainda mais desafiadora e complexa.

O governo de Abinader também tem priorizado a política de acesso universal à saúde, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As políticas públicas, por meio do Plano Nacional Plurianual do Setor Público, buscam garantir o acesso da população a redes integradas de serviços de saúde coletiva, aumentar a cobertura para riscos laborais e, inclusive, reduzir os danos resultantes da pandemia de COVID-19.

Em 2022, iniciou-se o X Censo Nacional de População e Moradia, conduzida pela autoridade estatística do país. As entrevistas foram realizadas em novembro, e os resultados preliminares começaram a ser divulgados em agosto de 2023, com informações sobre população total e por sexo, número de moradias e províncias mais populosas.

Imigração

Em 2018 foram divulgados os resultados da 2ª edição da Encuesta Nacional de Inmigrantes (ENI-2017). O documento reúne estatísticas de estrangeiros residentes na República Dominicana em situação regular e irregular. Segundo o ENI-2017, a população de origem estrangeira residente no país é de aproximadamente 850 mil pessoas (8% da população total do país), divididos entre imigrantes (cerca de 571 mil) e descendentes de imigrantes (cerca de 277 mil).

Ao separar os estrangeiros por nacionalidades, os haitianos aparecem em primeiro lugar (498 mil haitianos, ou 87% dos imigrantes); seguidos de venezuelanos (4,5%); estadunidenses (1,8%); espanhóis (1,3%) e italianos (0,7%). Outra conclusão do ENI indica que os haitianos apresentam os piores indicadores sociais, sendo que 95% deles não têm seguro de saúde e 28% afirmam ser analfabetos. A estrutura ocupacional desses migrantes haitianos concentra-se em atividades que demandam pouca capacitação (setores da agropecuária, construção e comércio).

Desde a última edição da mesma pesquisa (2012), o número de imigrantes provenientes da Venezuela aumentou sete vezes, passando de 3.435 para 25.872 pessoas. Tamanho aumento, somado à realidade da difícil convivência entre haitianos e dominicanos, que vivem realidades bastante díspares de cada lado da fronteira, estão entre as razões que levaram o então presidente Danilo Medina a não assinar o "Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular" (Pacto de Marraquexe). O governo dominicano alegou que, embora não possuísse caráter vinculante, o Pacto geraria compromissos que poderiam limitar a ação do Estado em temas migratórios e, desse modo, restringir as políticas dominicanas e o interesse nacional.

O contingente de imigrantes haitianos sem documentação tem-se tornado um desafio cada vez mais premente para a República Dominicana. Segundo o governo do país, em 2022, a República Dominicana deportou 120.900 estrangeiros irregulares, quase todos de origem haitiana. Além disso, segundo as estatísticas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) dominicano, em 2019, 23,7% dos partos em toda a rede pública corresponderam a mães haitianas em 2019, 27,2% em 2020, 30,5% em 2021, 33,1% em 2022 e 34% em 2023 (com base em dados até maio). Nos últimos três anos, registrou-se uma média de mais de 35.000 partos para mães haitianas em hospitais públicos.

Energia

A despeito do notável crescimento econômico, o país possui uma estrutura de geração e distribuição de energia precária, além de depender da importação de insumos fósseis - o que impacta sobremaneira no balanço de pagamentos. Em 2018, o sistema de geração e abastecimento energético da República Dominicana sofreu impacto decorrente do desligamento da usina termelétrica AES Andrés, responsável por 15% da geração de energia do país.

Não por acaso, um dos principais projetos do governo de Danilo Medina foi a construção da Central Termelétrica de Punta Catalina. A usina, cuja construção ficou a cargo do consórcio Odebrecht-Tecnimont-Estrella, custou aproximadamente USD 2,3 bilhões aos cofres dominicanos e possui capacidade para gerar aproximadamente 1/3 de toda a demanda energética do país, atualmente suprida mormente por pequenas usinas

privadas movias a diesel, poluidoras e caras. Como consequência, o governo tem sido cada vez mais instado a aumentar investimentos e incentivos em projetos de geração de energias renováveis, como plantas hidrelétricas, eólicas e solares.

Em 2021, a presidência dominicana lançou o “Pacto Nacional para la Reforma del Sector Eléctrico (2021-2030) ”, que estabelece as bases de atuação para os atores do setor elétrico, incluindo governo e empresas e diretrizes gerais para o setor até 2030.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE) e com a US Energy Information Administration (EIA GOV), a República Dominicana não registra produção de carvão, energia nuclear, gás natural ou petróleo, sendo o abastecimento proveniente de importações, especialmente oriundas dos EUA. A oferta interna de energia é dependente de petróleo e derivados (70%), seguido do gás (11%) e carvão (8%). O restante é baseado em renováveis, sobretudo “biocombustíveis / lenha”. Existem, contudo, diversas áreas identificadas pelo Ministério de Energia e Minas daquele país desde 2016 com potencial de exploração “onshore” e “offshore”.

A República Dominicana apresenta bom potencial para a produção de etanol, por já contar com experiência e tecnologia incorporadas na produção de cana-de-açúcar. O país enfrenta, contudo, dificuldades relacionadas à importância dos ingressos provenientes de receitas fiscais da importação de petróleo e da exportação de açúcar, que explicam, em parte, por que o potencial dominicano para a produção de etanol segue largamente inexplorado.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações mantidas com o Brasil integram o rol das principais linhas da política exterior dominicana. Os países exercem papel protagônico em seu entorno e há coincidência de valores e interesses, como o fortalecimento da integração regional, o desenvolvimento econômico e o combate à desigualdade social. Também foi vista de forma positiva a presença brasileira no Haiti.

Na última década, as relações bilaterais foram impulsionadas por acordos, visitas de alto nível e projetos de cooperação.

Na condição de empresário, Abinader realizou viagem ao Brasil, em 2013, com objetivo de conhecer a experiência brasileira com etanol, área que considera prioritária para cooperação técnica bilateral. Na ocasião, teceu comentários positivos a respeito da EMBRAPA, modelo que gostaria de implantar no país.

Antes mesmo da vitória nas eleições de julho de 2020, o PRM já havia sinalizado interesse em adensar o relacionamento bilateral. Em dezembro de 2019, o então assessor internacional do partido e hoje chanceler, Roberto Álvarez, indicou que seria atribuída prioridade às relações com a América do Sul, em especial com o Brasil.

A última visita em nível de chanceleres ocorreu em 2018, quando Miguel Vargas visitou o Brasil. Vargas esteve acompanhado do vice-ministro para Assuntos Econômicos e Cooperação Internacional, Hugo Rivera Fernández. Durante o encontro foram abordadas questões no campo do comércio, cooperação técnica e concertação com o MERCOSUL. Foram, ainda, assinados os seguintes atos internacionais:

- I. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa;
- II. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios;
- III. Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana;
- IV. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana Sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos;
- V. Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana;
- VI. Memorando de Entendimento entre o Instituto de Educação Superior em Formação Diplomática e Consular do Ministério de Relações Exteriores da República Dominicana e a Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

No que diz respeito à cooperação nos foros os políticos multilaterais, a República Dominicana tem apoiado a grande maioria das candidaturas brasileiras, seja de modo unilateral, seja por meio da troca de votos.

Empresas brasileiras

Muitas empresas brasileiras se beneficiam do potencial econômico dominicano, sendo possível identificar três eixos de atuação: investimento direto para suprir a demanda interna; investimento direto em zona franca para a exportação a outros mercados; e exportação.

Entre as principais empresas brasileiras que atuam ou já atuaram na economia da República Dominicana destacam-se Ambev, Gerdau, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Colina Business Group, Soles del Mar, Só Dança, Sierras Industriales del Caribe, Concremat e Niuled

No governo Danilo Medina, houve a construção da Central Termelétrica de Punta Catalina, a cargo do consórcio Odebrecht-Tecnimont-Estrella. A obra custou cerca de USD 2,3 bilhões aos cofres dominicanos e tem capacidade para gerar aproximadamente 1/3 de toda a demanda energética do país. A construção de Punta Catalina representou um dos elementos mais relevantes da ação brasileira na economia dominicana em tempos recentes, junto a outras obras realizadas por construtoras brasileiras, como a represa de Montegrando, feita pela Andrade Gutierrez. A Odebrecht também foi responsável por obras de infraestrutura viária no país.

Ainda sobre a participação do setor privado brasileiro na economia local, destaca-se a compra da Cerveceria Nacional Dominicana pela AMBEV (inicialmente adquirindo o controle de 51% da empresa por USD 237 milhões em 2012, e depois alcançando 85% das ações em 2017), bem como a joint-venture entre a Gerdau e metalúrgica dominicana Metaldom em 2014. A entrada das duas empresas e as obras realizadas por construtoras brasileiras contribuíram para a atual posição do Brasil entre os principais investidores no país.

Comércio e investimento

O Brasil está entre os principais parceiros comerciais da República Dominicana e é um dos maiores investidores externos no país.

O comércio bilateral foi muito afetado pela pandemia de Covid-19. Em 2020, a corrente de comércio alcançou o patamar de US\$ 479 milhões, queda de 32% em relação ao volume comercializado em 2019 (US\$ 703 milhões). O saldo comercial do Brasil ficou em US\$ 429 milhões de dólares (-34,6%), com as exportações brasileiras alcançando US\$ 454 milhões e as importações brasileiras chegando a US\$ 25 milhões.

Em 2021, a corrente de comércio foi de US\$ 609 milhões, aumento de 27% em relação ao volume comercializado em 2020. O saldo comercial do Brasil somou US\$ 554 milhões de dólares (+29%), com as exportações brasileiras alcançando US\$ 581 milhões e as importações brasileiras somando cerca de US\$ 28 milhões. Em 2022, verificou-se aumento de quase 30% nas exportações brasileiras.

Já em 2022, houve retomada do comércio entre os dois países, com variação positiva de 76,2%, totalizando US\$ 1.072,7 milhões em corrente de comércio. O saldo comercial do Brasil registrou superávit de US\$ 1.045,5, de modo que as exportações registraram aumento de 79,6%, alcançado US\$ 1.043,6. As importações brasileiras somaram US\$ 29,1 milhões, um incremento de 5,4% em relação a 2021.

O estoque de investimentos de empresas brasileiras na República Dominicana, contudo, vem diminuindo. O Brasil, que já foi o terceiro maior investidor no país ao longo da última década, figurou, em 2022, na oitava posição, com US\$109,5 milhões de

fluxo de IED investidos no país, depois de EUA, México, Canadá, Espanha, Ilhas Virgens, Venezuela e Alemanha, segundo dados do Banco Central dominicano. A diminuição dos investimentos brasileiros na República Dominicana coincide com as fases finais de grandes projetos de construção civil, como a hidrelétrica de Punta Catalina.

MERCOSUL – República Dominicana

Ainda no governo do ex-presidente Danilo Medina (PLD), iniciaram-se as primeiras conversas para eventual assinatura de acordo entre MERCOSUL e República Dominicana, porém com avanços tímidos.

Após a posse de Luis Abinader, em setembro de 2020, durante a Presidência Pro Tempore (PPT) uruguaia do MERCOSUL, foi entregue proposta com termos de referência à chancelaria dominicana. Inicialmente, o governo dominicano respondeu com cautela, propondo Memorando de Entendimento para criação de Grupo de Trabalho para Promoção do Comércio, dos Investimentos e do Encadeamento Produtivo. Em junho de 2021, contudo, já na PPT argentina, foi entregue contraproposta mercosulina. No segundo semestre de 2021, foi apresentada à República Dominicana versão ajustada do texto.

O Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio, Investimento e Vínculos Produtivos entre o MERCOSUL e a República Dominicana foi assinado em 16 de dezembro de 2021 e deverá contribuir para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais do bloco com a República Dominicana. A primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho Conjunto para a Promoção do Comércio, Investimento e Vinculação Produtiva República Dominicana –MERCOSUL ocorreu em novembro de 2022, em São Domingos.

Durante a primeira reunião do GT, após discussões sobre acesso a mercados, medidas sanitárias e fitossanitárias, cooperação, investimentos e encadeamento produtivo, o MERCOSUL e a República Dominicana acordaram a criação de quatro subgrupos temáticos, a fim de conferir maior direcionamento e efetividade aos trabalhos realizados no âmbito do GT, entre eles o subgrupo “perspectivas de lançamento de uma eventual negociação de um Acordo Comercial MERCOSUL - República Dominicana”. As partes concordaram que se deve intensificar o intercâmbio de informações e de experiências para se chegar a entendimentos profícuos para ambos os lados.

Cooperação técnica

No que se refere à cooperação técnica bilateral, desde a promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em 2010, foram realizadas seis reuniões bilaterais, sendo quatro do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica (GT), uma para avaliação de projetos e uma preparatória à IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana.

Durante a IV Reunião do Grupo de Trabalho, realizada de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022, em São Domingos, acordou-se que os projetos de cooperação técnica teriam seus custos compartilhados em 80% para o Brasil e 20% para a República Dominicana, com base na prática que vem sendo adotada pela ABC nos programas de

cooperação técnica bilateral com países em desenvolvimento relativo semelhante ao Brasil.

O programa bilateral com a República Dominicana é composto, atualmente, por onze projetos, sendo quatro em execução nas áreas de meio ambiente, agricultura, saúde, e metrologia; e sete projetos em processo de assinatura nas áreas temáticas de agricultura; administração pública; desenvolvimento social; educação; saúde e segurança pública.

Em de novembro de 2021, Brasil e República Dominicana assinaram o Memorando de Entendimento sobre cooperação internacional na modalidade trilateral com o objetivo de promover a coordenação, a sensibilização, o lançamento e a consolidação de parcerias e redes, bem como a partilha de experiências e o intercâmbio de conhecimento em favor de países em desenvolvimento.

No âmbito da cooperação trilateral com organismos internacionais, encontra-se em execução projeto regional que, regularmente, conta com a participação da República Dominicana em atividades de intercâmbio na área de alimentação escolar, executado em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE).

Memorando sobre Turismo

Atualmente, Brasil e República Dominicana negociam texto de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo, com o objetivo de promover e desenvolver o intercâmbio bilateral na área do turismo. O memorando estabelece as seguintes áreas de cooperação: (i) cooperação institucional; (ii) intercâmbio de informações; (iii) investimentos e promoções turísticas; (iv) coordenação de posicionamento em foros multilaterais; e (v) treinamento e qualificação em turismo. Entre 2015 e 2016, visitaram o país cerca de 200.000 turistas brasileiros, reduzindo-se posteriormente o número a 60.000. Em 2022, o número havia subido para quase 85.000.

Comunidade brasileira

Segundo o levantamento “Comunidade Brasileira no Exterior”, de agosto de 2022, produzido pelo MRE, a quantidade estimada de brasileiros na República Dominicana era de 900 nacionais.

Ao longo dos últimos anos, tem-se verificado sinais de redução do número de brasileiros residentes no país, em razão da finalização das principais obras tocadas por construtoras brasileiras, como Odebrecht e Queiroz Galvão. Atualmente, há aproximadamente 400 eleitores brasileiros inscritos na jurisdição da Embaixada em São Domingos, muitos dos quais ligados a grandes empresas com atuação no país, como Gerdau e Ambev.

Quanto a casos de assistência, há baixa ocorrência de prisões de brasileiros naquele país. Há, no entanto, incidência relativamente alta de nacionais brasileiros detidos por autoridades migratórias dominicanas. Este país, dada sua proximidade aos EUA, é comumente utilizado por coites como rota de passagem de brasileiros que visam entrar irregularmente em território norte-americano.

Espera-se que o acordo de isenção de vistos, em vigor desde outubro de 2021, contribua para ampliar o número de turistas dominicanos no Brasil (a República Dominicana já vinha aplicando isenção unilateralmente a turistas brasileiros há alguns anos).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1496	São Domingos torna-se a primeira colônia espanhola no Novo Mundo
1801	Toussaint Louverture avança militarmente sobre São Domingos, para fazer valerem os termos do Tratado de Basel, de 1795
1802	Controle francês sobre São Domingos passa às mãos do General Charles Leclerc
1803	Jean-Jacques Dessalines busca, entre 1803 e 1805, destituir o controle francês sobre São Domingos
1821	A população dominicana (habitantes da parte oriental da ilha de Hispaniola) declara a independência do país
1822	A pretensão de tornar-se parte da Gran-Colômbia não prospera e a parte dominicana da ilha é anexada pelo Haiti
1838	Fundação de “La Trinitaria”, agrupamento que buscava promover a independência dominicana
1844	Independência da República Dominicana
1865	Guerra de Restauração
1869	Presidente americano Ulysses Grant ordena presença militar na República Dominicana
1870	Senado americano rejeita proposta de anexação de São Domingos
1916	Nova ocupação americana na República Dominicana, desta feita até 1924
1924	Vitória de Horacio Vásquez nas eleições realizadas; durante seu governo, Rafael Trujillo comanda as forças de segurança
1930	Após acordo com Rafael Ureña, que derruba Horacio Vásquez, Rafael Trujillo implanta regime ditatorial no país até 1961

1937	Massacre de “El Corte”
1960	Assassinato das irmãs Mirabal
1963	Vitória de Juan Bosch nas eleições realizada em fevereiro; deposto por golpe militar em setembro do mesmo ano
1965	Nova ocupação americana na República Dominicana
1966	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas; o governante permaneceu no poder, autoritariamente, até 1978
1978	Joaquín Balaguer é sucedido pelo opositor Antonio Guzmán Fernández (PRD)
1982	Vitória de Salvador Jorge Blanco (PRD) nas eleições realizadas
1986	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas, reeleito em 1990 e 1994 (esta última, em pleito amplamente contestado)
1996	Novas eleições foram marcadas, dando a vitória a Leonel Fernández (PLD), fundado por Juan Bosch em 1973
2000	Vitória de Hipólito Mejía (PRD) nas eleições realizadas
2004	Vitória de Leonel Fernández (PLD), reeleito em 2008
2012	Vitória de Danilo Medina (PLD), reeleito em 2016
2020	Vitória de Luís Abinader (PRM), em pleito eleitoral realizado em meio à pandemia do novo coronavírus

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1911	Abertura de consulado do Brasil na República Dominicana, com sede em São Domingos
1943	Abertura da embaixada brasileira na República Dominicana, com sede em São Domingos
2002	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à República Dominicana, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana
2002	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana, para participar da cerimônia de posse presidencial
2004	Na condição de presidente eleito, Leonel Fernández visita o Brasil
2011	Visita do presidente Leonel Fernández ao Brasil, para participar do Foro Econômico Mundial para a América Latina
2012	Na condição de presidente eleito, Danilo Medina visita o Brasil
2012	Chanceler Antonio Patriota participa da cerimônia de posse do presidente da República Dominicana, Danilo Medina
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Carlos Morales Troncoso
2015	Visita do chanceler Mauro Vieira à República Dominicana
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Miguel Vargas, ao Brasil. Na ocasião foram assinados atos em matéria de defesa; isenção de vistos; consultas políticas; comércio e investimentos; serviços aéreos; e formação diplomática e consular.
2018	Realização da 1ª Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos Brasil-República Dominicana
2019	Inauguração do novo edifício sede da Embaixada da República Dominicana em Brasília

2020	Realização, em formato virtual, devido às restrições provocadas pela pandemia de Covid-19, da I Reunião de Consultas Políticas Brasil – República Dominicana
------	--

ACORDOS BILATERAIS

Título do acordo	Celebração
Protocolo para Emendar o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana	14/04/2023
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Transferência de Capacidades para o Fortalecimento da Agricultura Familiar na República Dominicana”	19/07/2021
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Tecnologias para a Educação Profissional	19/07/2021
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Fortalecimento das Capacidades nas Áreas de Infraestrutura de Qualidade e Apoio à Criação do Centro de Informação Dominicano sobre Regulamentação Técnica (CEDIRET)	19/07/2021
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre cooperação na Área de Comércio e Investimentos	14/05/2018
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios	14/05/2018
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana	14/05/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	14/05/2018
Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana	14/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Implementação do Banco de Leite Humano no Hospital Materno Infantil	10/04/2015

San Lorenzo de Los Mina"	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do Projeto "Apoio à implementação do Programa Cultivando Água Boa na República Dominicana - Fase I/II"	10/04/2015
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Formação, Pesquisa e Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio ao Aprimoramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica na República Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio à Implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade Materno-Infantil na República Dominicana"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Capacitação em Processamento de Frutas: Desidratação e Obtenção de Sucos"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Captação Técnica em Comando de Incidentes, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas e Atendimento Pré Hospitalar"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Transferência da Metodologia adotada pelo Brasil para Diminuição do Número de Armas de Fogo e Munição à Disposição da População Civil"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Centro de Formação"	11/11/2011

Profissional Brasil - República Dominicana”	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio a Implantação de Centro de Atenção Presencial ao Cidadão”.	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Eficiência Energética nas Edificações Públicas e Comerciais”	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Sistema de Metrologia e Avaliação da Conformidade na República Dominicana”	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema Público de Emprego na República Dominicana”	19/11/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica em Benefício da República do Haiti na Área de Defesa Civil	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação de Gestores Municipais de Bajos de Haina na Estruturação e Gestão de seus Sistemas e Serviços de Limpeza Pública”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Manejo de Controle da Mosca-das-Frutas”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Autoridade Sanitária Dominicana nas Áreas de Registro de Medicamentos, Farmacovigilância e Inspeções Sanitárias”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Rastreabilidade Genética e Produção de Carne e Leite Bovinos”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	04/02/2010

Dominicana para a Implementação do Projeto “Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo”	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa	02/02/2010 (superado)
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área do Cultivo da Mamona para Produção de Biodiesel	20/06/2007
Memorando de Entendimento de Cooperação Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	20/06/2007
Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a República Dominicana sobre Concessão de Vistos de Negócios com validade de um ano para Nacionais Portadores de Passaportes Comuns	22/05/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão	06/02/2006
Protocolo de Intenções o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Gestão de Recursos Hídricos	06/02/2006
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	06/02/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	13/09/2005
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	17/11/2003
Acordo, por troca de notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	17/11/2003
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Programa de Cooperação Técnica	17/11/2003
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas	17/11/2003
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	17/11/2003
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	30/01/2003 (Expirado)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, de 08/02/1985, para	11/11/2002

Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parque Florestais, Ecoturismo, Educação ambiental e Investigação Hidrológica	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto "Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da Cidade de Santiago de los Caballeros"	07/04/1999 (Expirado)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto "Recuperação de Habitações em Bairros Populares de Santiago"	07/04/1999 (Expirado)
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	18/05/1995
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	08/02/1985
Acordo, por troca de Notas, que Põe em Vigor a Ata de Consulta de 25 de janeiro de 1983 ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	12/10/1983
Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	14/11/1981
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	28/07/1970
Acordo para a Concessão de Passaportes a um Grupo de Nacionais Dominicanos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	18/03/1960
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Aérea - Complementar ao Acordo Administrativo de 19 e 26 de setembro de 1945 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	27/09/1951
Convênio para Permuta de Livros e Publicações entre o Governo dos Estados Unidos e o Governo da República Dominicana.	09/04/1945
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana	09/12/1942
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência em Malas Diplomáticas entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	26/09/1940
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	29/04/1910

